

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ**

2 No dia 05 de setembro de 2019, às 09h30, no auditório da 43ª Subseção da Ordem dos Advogados
3 do Brasil (OAB), localizado na Rua Marechal Floriano, 716 - Centro, Gov. Valadares – MG, reuniram-se
4 os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí – CBH-Suaçuí, para sua Reunião
5 Ordinária. Dando início aos trabalhos, a Sra. Luciane Teixeira, Secretária Adjunta do CBH-Suaçuí,
6 cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para assuntos deliberativos. Em
7 seguida, informou sobre o recebimento do ofício a respeito da substituição do Sr. Fábio Monteiro,
8 Presidente do CBH. Sendo assim, na presente reunião a Srta. Paloma Galdino, Vice-Presidente do
9 CBH-Suaçuí, assume como Presidente interina. A respeito da **“Aprovação da ata da reunião do CBH –**
10 **Suaçuí realizada em 07/06/2019”** a Secretária Adjunta informou que o documento foi encaminhado
11 juntamente com a convocação e solicitou a manifestação dos membros sobre possíveis alterações.
12 Não havendo nenhuma manifestação, o documento foi aprovado por unanimidade. A respeito da
13 **“Eleição do novo presidente do CBH-Suaçuí”** a Sra. Luciane Teixeira questionou se havia algum
14 interessado para a Presidência do CBH, indicou o nome da Srta. Paloma Galdino para o cargo. Não
15 havendo nenhuma manifestação, por aclamação, a Srta. Paloma Galdino foi eleita presidente do
16 CBH. Para a Vice-presidência, solicitou a manifestação dos membros, ou da sociedade civil, ou dos
17 usuários. Após a manifestação dos usuários, foi indicada a Sra. Renata Medrado, representante da
18 FIEMG, que foi eleita por aclamação. A representante da FIEMG agradeceu a oportunidade e disse
19 que será um desafio novo, e que interage junto ao CBH há alguns anos e disse ser o momento de
20 trabalhar mais de perto. Passado para o ponto de pauta sobre **“Apresentação sobre a situação de**
21 **estiagem na Bacia do Rio Suaçuí Grande (IGAM)”** o Sr. Wylliam Giovani, representante do IGAM,
22 falou sobre o Diagnóstico Meteorológico e as anomalias de precipitação. Com relação ao Diagnóstico
23 Hidrológico, relatou sobre a situação crítica de escassez hídrica e a necessidade de restrição e
24 redução de usos. Ressaltou que a restrição de uso para captações de água ocorrerá conforme o
25 estado de vazões ou de armazenamento dos reservatórios, nos seguintes termos: Consumo Humano,
26 dessedentação de animais e abastecimento público, a redução de 20%, redução de 25% na irrigação,
27 industrial e agroindustrial em 30% e para demais finalidades em 50%. No mapa de Minas Gerais,
28 mostrou na bacia do rio Suaçuí Grande a Estação Vila Matias Montante, que ocupa grande parte da
29 DO4 e está em restrição de uso. Apresentou a comparação dos anos anteriores e informou que a
30 situação da estiagem encontra-se mais crítica neste período. Demonstrou no mapa os usuários
31 outorgados na bacia. Finalizada a apresentação, o Sr. Wylliam se colocou à disposição para
32 questionamentos. A Sra. Luciane Teixeira falou da reunião realizada em julho da Câmara Técnica de
33 Outorga e Cobrança - CTOC, em que foi feita uma videoconferência visando a participação da CPRM,
34 e que constataram algumas situações “curiosas”, como a quantidade de usuários com outorga.
35 Existem muito mais usuários do que os efetivamente outorgados. Em Vilas Mathias com base nos
36 dados constataram ser a pior vazão em 49 anos. Afirmou que desde 2015 existem várias declarações
37 de escassez hídrica na região, sendo necessário que o CBH tome algumas atitudes, principalmente
38 diante das situações de irregularidade de outorgas. Falou também sobre a necessidade de atuação
39 de duas formas, primeiro com uma melhor comunicação e, ainda, a criação de formas de fiscalização
40 integrada. Foram demandas da mencionada reunião, que a COPASA reunisse e fizesse um
41 levantamento de informações e também que fosse solicitado ao IGAM um apoio na parte de
42 comunicação, diante das dificuldades quanto ao Contrato de Gestão IBIO e sua reestruturação. A Sra.
43 Luciane informou que não receberam resposta do IGAM quanto ao ofício sobre comunicação e
44 informações sobre as situações de escassez. Sobre o levantamento da COPASA dos pontos críticos,
45 também não tiveram retorno, e portanto, a Sretária Adjunta sugeriu uma nova reunião da Câmara

46 Técnica. Disse ainda que constataria todos os dias às 12h00 a cota da vazão de Vila Mathias reduz 10
47 centímetros, e, portanto, talvez seria necessário alguma alteração de horário de uso dos usuários.
48 Ficou definido que será remarcada a reunião da Câmara Técnica para tratar do assunto. A Sra.
49 Amanda, representante da Prefeitura de Malacacheta, falou da inexistência de fiscalização das
50 captações, da inexistência de outorgas, e da necessidade de interferência para a garantia de água.
51 Ressaltou ainda a necessidade de maior investimento na fiscalização por parte do Estado, visto que o
52 meio ambiente é um setor de maiores fontes de arrecadação. A Sra. Luciane falou sobre a
53 necessidade de tentar colocar, enquanto Comitê do rio Suaçuí, levando para as reuniões do CIF, a
54 indicação de novas áreas para recuperação diante do cenários da bacia. O Sr. Wylliam falou sobre a
55 redução das vazões no horário de 12h00, disse haver alguma situação ocorrendo a montante, não
56 sendo causada pela PCH. Como encaminhamento, ficou definido agendamento de nova reunião da
57 Câmara Técnica para estabelecer as ações necessárias, como acionar novamente o IGAM, e colocar a
58 situação da bacia do rio Suaçuí para o Governo de Minas Gerais apontando os problemas,
59 considerando que o representante do ES na CTFlor mencionou sobre a existência de outras áreas
60 sendo beneficiadas, solicita novas avaliações em novas áreas. Sobre o **“Monitoramento da qualidade**
61 **das águas no Rio Suaçuí (IGAM)”**, a Sra. Regina Pimenta, da Gerência de Monitoramento de
62 Qualidade da Água do IGAM e Presidente da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da
63 Água do sistema CIF, apresentou sobre as ações do IGAM, que possui 12 estações na bacia – DO4,
64 com série histórica de dados desde 1997. Falou da frequência de coleta no Suaçuí, que é trimestral, e
65 na bacia do Doce, que é mensal. São analisados os indicadores: Físico-Químicos: cerca de 52
66 parâmetros (SUP) e 72 parâmetros (SUB), Macroinvertebrados bentônicos (35 pontos – Rio das
67 Velhas), Nutrientes (fósforo e nitrogênio), Fitoplâncton (Densidade de Cianobactérias), Testes
68 ecotoxicológicos. As coletas e análises são realizadas pelo SENAI/CETEC. Sobre o Índice de Qualidade
69 da Água - IQA de Minas e a Bacia do Rio Doce, afirmou que na bacia o índice é considerado médio. Na
70 bacia do rio Suaçuí – DO4, os parâmetros que influenciaram foram a Turbidez e a E.Coli. Já sobre a
71 contaminação por tóxicos é considerada baixa, sendo que no DO4 gerada por Chumbo e Cádmiio.
72 Houve um pico, no entanto, o laboratório disse que choveu no dia da coleta o que pode ter gerado
73 algum carreamento e demonstrado alta na contaminação por tóxicos. Alertou pela necessidade de
74 muito cuidado na hora de ler dos dados e divulgar as informações. Sobre as análises das estações da
75 DO4, quanto à turbidez, cujo limite é 100NTU, na última coleta (abril de 2019) é possível verificar
76 uma queda significativa. A representante do IGAM ainda apresentou vários outros índices analisados
77 na bacia. A Sra. Regina falou das reuniões trimestrais realizadas pela Câmara Técnica de Qualidade da
78 Água junto aos municípios, SAAE, COPASA, para a junção de informações e dados, além da situação
79 da destinação dos recursos. A Sra. Luciane, Secretária Adjunta, falou do trabalho que vem sendo feito
80 pela equipe técnica da Renova e do atendimento satisfatório que vem realizado para os municípios.
81 Finalizando a apresentação resumiu que as piores contaminações por tóxicos ocorreram nos pontos
82 RD044 (Rio Doce na cidade de Governador Valadares), RD053 (Rio Doce a jusante do rio Suaçuí
83 Grande, em Tumiritinga) e RD083 (Rio Doce, após a foz do rio Santo Antônio), com alta devido à
84 violação de cádmio total e zinco total. Já os piores Índice de Qualidade da Água: IQA Ruim, devido a
85 E. coli e turbidez, nos pontos RD044 (Governador Valadares), RD045 (Governador Valadares), RD053
86 (Galiléia, Tumiritinga) e RD083 (Fernandes Tourinho, Periquito). As não conformidades aos padrões
87 da legislação encontradas estão relacionadas principalmente às variáveis presentes no esgoto
88 doméstico e também o aporte de fontes difusas de poluição para os corpos d'água a partir do solo
89 devido a processos erosivos, causados, dentre diversos fatores, por chuvas intensas e carência de
90 mata ciliar (Escherichia coli e ferro dissolvido). Na apresentação sobre as ações da Câmara Técnica de

91 Segurança Hídrica e Qualidade da Água do Sistema CIF, informou que existem 92 pontos de
92 monitoramento na bacia do Rio Doce (definidos em conjunto pelos órgãos gestores), que vão do
93 município de Mariana até a foz do rio Doce, 670 km, sendo que todos laboratórios são acreditados.
94 Destacou que o rio Doce se tornou o rio de maior monitoramento do Brasil e de nível de melhor
95 monitoramento do mundo, sendo 22 estações automáticas. São mais de 6 milhões de dados de
96 monitoramento. Ressaltou que o monitoramento é a base da recuperação da bacia do rio Doce,
97 sendo importante o acompanhamento ser feito online. São emitidos pelas estações de
98 monitoramento automáticas, dados de sinais de alerta, que caso fiquem 5 dias acima do limite são
99 encaminhados alertas às concessionárias, defesa civil, e demais órgãos para providências. Informou
100 sobre os pontos de monitoramento existentes e apresentou os Relatórios trimestrais realizados. A
101 Sra. Luciane informou que o CBH-Doce é formado por membros afluentes e que já tiveram a
102 apresentação da Agência Nacional de Águas - ANA sobre a qualidade da água. Feitos os
103 questionamentos pelos membros, a Sra. Regina esclareceu os pontos de dúvida. A Sra. Luciane
104 propôs parada para o almoço de uma hora. O Sr. Paulo Célio Figueiredo, Presidente do Instituto Pró-
105 Rio Doce, fez uma breve fala sobre a participação na criação dos Comitês do rio Doce, sendo ao todo
106 19 CBHs. Na oportunidade, fez a entrega de arquivos técnicos e documentos do histórico de criação
107 do CBH-Suaçuí (documentos recebidos, expedidos, etc.). Agradeceu aos presentes e informou a
108 impossibilidade de retorno a reunião no período da tarde. A Sra. Luciane agradeceu ao Sr. Paulo Célio
109 e também informou a indisponibilidade de retorno a reunião no período da tarde. A reunião foi
110 pausada e retomada às 13h30. A Srta. Paloma Galdino, Presidente do CBH-Suaçuí, deu início à
111 discussão sobre a **“Avaliação sobre a continuidade do Programa Rio Vivo nos municípios de Água**
112 **Boa, Coluna, Franciscópolis, Malacacheta, Peçanha, Rio Vermelho, São José do Jacuri, São José do**
113 **Maranhão, Serra Azul de Minas”**. A Sra. Luciana, Analista de Programas e Projetos do IBIO,
114 apresentou o Programa Rio Vivo, explicou que a ação engloba os programas P.12 – Programa de
115 Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P.52 Programa de Recomposição de APPs e
116 Nascentes, e P.42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural. No CBH-Suaçuí são 09 municípios
117 em áreas de vulnerabilidade (erosão, atividades geradoras de sedimentos, etc), definidos por meio
118 de edital de chamamento público. Sobre o andamento contratual a Analista informou que no CBH-
119 Suaçuí estão sendo entregues os Diagnósticos dos imóveis rurais. Apresentou gráficos com as
120 porcentagens de entregas, tabela contendo a situação do contrato e ainda os investimentos e
121 recursos utilizados para o cumprimento do programa, inclusive para a sua execução. A Srta. Paloma
122 enfatizou a importância da participação ativa dos membros, especialmente, pois, a área do Comitê
123 sofre com a escassez hídrica. Portanto, como o recurso para conclusão do programa Rio Vivo é
124 oriundo, em sua maioria, da União, e sendo assim, passíveis de alteração, é muito importante a voz
125 ativa dos membros. O Sr. Ricardo Valory, Diretor Geral do IBIO, mencionou sobre a execução dos
126 projetos de forma vultuosa, e com a redução do pessoal do IBIO ficou prejudicada. Com relação às
127 mudanças no Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce, informou que o Tribunal de Contas da União
128 -TCU apontou uma discrepância no “tamanho” do PAP com as “pernas” da agência. Segundo
129 entendimento deles o 7,5% relativo ao custeio da Agência, não é suficiente para executar o PAP
130 como está, e, portanto, a rediscussão do PAP é necessária. Disse ser importante que o CBH-Suaçuí
131 debata e participe das discussões. Relatou a importância da fala da Presidente Paloma sobre a
132 participação do Comitê no processo de rediscussão do PAP. Informou também que a ANA contratou
133 consultoria para verificar a situação das agências e disse que estão em discussões o uso dos 92,5%
134 para custeio de atividades finalísticas, como a contratação de empresas gerenciadoras. Retomada a
135 apresentação, a Sra. Luciana citou que a previsão de término do contrato com a empresa Rio Vivo

136 esta prevista para janeiro de 2020. Já em relação ao município de Peçanha/MG, disse que foram
137 realizadas 36 adesões, dentro da mesma microbacia prioritária, área de atuação também das
138 empresas Cenibra e Copasa. A Analista apresentou as ações realizadas pelas empresas citadas e a
139 proposta de atuação em conjunto que vem sendo discutida pela Câmara Técnica do Plano do Comitê.
140 Na reunião da CTPLAN, realizada no dia 04/09/2019, a Cenibra e a Copasa informaram que não há
141 previsão de adesão nas propriedades aderidas, até o momento, apenas ao Rio Vivo. Além disso, para
142 a proposta de parceria, a Cenibra informou que: compartilharia 24 propriedades para cumprir a cota,
143 disponibilizando diagnósticos realizados por ela, que teriam os três programas do Rio Vivo, inclusive
144 shapefiles; convocaria reunião com os proprietários aderidos aos seus projetos, para informar a
145 parceria com o CBH Suaçuí e a Copasa, com a presença da empresa elaboradora de Diagnósticos e
146 Projetos, a Samenco, além de representante do CBH Suaçuí e da Copasa; inicialmente, analisando a
147 localidade, a Cenibra atuaria/executaria os projetos nestas 24 propriedades. Ficou acordado que,
148 caso seja deliberado pela parceria, que os parceiros indicariam contatos de referência para tratativa
149 direta com a Samenco. A Analista informou também que as ações dos parceiros iriam constar nos
150 produtos 4.1 (Diagnóstico do Imóvel Rural), quando o diagnóstico não foi entregue, e constaria,
151 sempre, no produto 6.1 (Projeto Ambiental do Imóvel Rural), além de constar nos relatórios
152 semanais a serem enviados à Diretoria do CBH Suaçuí, CTPLAN, IBIO e à empresa fiscalizadora. Foi
153 colocada em votação a parceria e realização das ações do Rio Vivo, para as 24 propriedades
154 restantes, em conjunto com as empresas Cenibra e Copasa. Os membros aprovaram por
155 unanimidade a parceria. A Analista do IBIO agradeceu a oportunidade de apresentação e se colocou
156 a disposição para questionamentos. Não havendo dúvidas, a Presidente do CBH passou para o ponto
157 de pauta sobre a **“Avaliação sobre a continuidade do IBIO no exercício das funções de entidade
158 equiparada”**. Passada a palavra ao Sr. Michael Jacks, da Gerência de Apoio as Agências de Bacias e
159 Entidades Equiparadas, informou que estavam atendendo a solicitação do CBH para apresentação da
160 situação do Contrato de Gestão entre IGAM e Instituto BioAtlântica. Apresentou um pouco sobre o
161 histórico dos Contratos de Gestão junto ao IBIO. Informou que são objetos do contrato de gestão:
162 Alcance das metas constantes no Programa de Trabalho no exercício das funções de Agência de Bacia
163 Hidrográfica (não sendo semelhantes ao PAP, é um documento anexo ao Contrato de Gestão); a
164 aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na área de abrangência
165 das respectivas Bacias Hidrográficas; e a promoção do Fortalecimento Institucional dos comitês de
166 bacias. Citou que o Programa de Trabalho possui indicadores e metas que devem ser cumpridas no
167 exercício, sendo gerada assim, uma nota de desempenho da entidade. O representante do IGAM
168 explicou os indicadores presentes no contrato de gestão. Apresentou a arrecadação da bacia do rio
169 Doce no primeiro trimestre de 2019, e explicou que mais da metade da arrecadação advém da bacia
170 do Rio Piracicaba. Com relação aos repasses informou os valores arrecadados e efetivamente
171 repassados à entidade delegatária. Sobre a execução do recurso, na bacia do rio Suaçuí, informou
172 que houve execução de 40%. Além disto, falou sobre a aplicação dos recursos, dos programas
173 realizados na bacia, e saldo para investimentos na bacia. A respeito do desempenho do IBIO, a média
174 é de 8,1, um conceito bom com relação ao Plano de Trabalho. Um dos maiores problemas relativos
175 ao contrato de gestão é a análise das Prestações de Contas apresentadas pelo IBIO. Há atrasos por
176 parte do IGAM, no entanto, mencionou que foi formada força tarefa para resolução do problema.
177 Atualmente estão em análise técnica 29 prestações de conta, foram aprovadas 10, estão em fase de
178 recurso da decisão 16, e, 1 em análise financeira. As possíveis glosas perfazem R\$ 8.267.015,37,
179 sendo mais adiantadas as do processo SIG Gestão Web Doce, e os Planos Municipais de Saneamento
180 Básico – PMSBs. Sobre o SIG Gestão Web Doce, o Sr. Michael Jacks, explicou que os apontamentos

181 indicados pela auditoria são relativos à existência de vínculo entre o agente da contratante, técnico
182 contratado e produto indicado em consultoria; vínculo entre o agente do IBIO integrante da
183 comissão de licitação e o produto adquirido; vínculo entre empresa agente contratante, agente da
184 empresa vencedora e agente da empresa que apresentou proposta na fase de cotação de mercado;
185 vínculo da empresa vencedora do certame; a não aderência às diretrizes do PIRH – SIG Plano;
186 produto entregue (SIG) x bacias contempladas e a finalidade de contratação. Sobre os Planos
187 Municipais de Saneamento Básico (Atos Convocatórios: 010/2013, 011/2013, 012/2013, 013/2013,
188 014/2013, 017/2013, 022/2013 e 030/2013) apresentou os seguintes apontamentos: utilização de
189 metodologia de cálculo própria para formação de preço no termo de referência nos Editais;
190 desproporcionalidade na metodologia utilizada para avaliação dos concorrentes dentro da
191 modalidade técnica e preço; possível falha técnica por parte da comissão de licitação da Entidade
192 Equiparada na conferência da documentação das equipes-chave das empresas participantes nas
193 licitações levando a possível nulidade dos processos; possível irregularidade por parte das empresas
194 participantes na apresentação de suas documentações; possível frustração do caráter competitivo
195 dos processos licitatórios, uma vez que declarados como serviços de alta complexidade, foram
196 realizados diversos certames em curto espaço de tempo; possível irregularidade na condução dos
197 processos, uma vez que somente duas empresas se habilitaram a sequência de certames
198 supracitada. No entanto, destacou e esclareceu que atualmente somente o ponto referente à
199 formação de preços permanece como apontamento, os demais foram descartados. Haveria
200 necessidade de 03 três orçamentos para balizamento de preço, que não foi feita, mas sim, uma
201 composição realizada pelo próprio IBIO. A comissão técnica da auditoria está analisando se houve
202 prejuízo. Finalizada a apresentação, o Sr. Michael solicitou aos que tivessem dúvidas sobre o contrato
203 de gestão se manifestassem. A Sra. Paloma falou sobre a apresentação do Plano de Reestruturação
204 do IBIO e do lançamento em paralelo, do edital para seleção de nova entidade equiparada. O Sr.
205 Ricardo Valory, Diretor Geral do IBIO, fez um breve relato sobre o histórico do Contrato de Gestão,
206 informou que iniciou no cargo com esses problemas já existentes, afirmou que há deficiência no
207 sistema e não apenas na Agência. Relatou uma insegurança muito grande para os conselheiros do
208 IBIO, o que causou uma dissolução do Conselho Fiscal, que renunciou. O IBIO matriz, antes disso,
209 fechou as portas ao final de 2018. Há apenas uma Assembleia formada, e assim o IBIO AGB Doce não
210 tem proteção, vive um momento difícil com diversos problemas não apenas com contratos de
211 gestão. Sobre os valores presentes em conta, informou que há a ameaça de retornar aos cofres
212 públicos. A Sra. Amanda, da Prefeitura de Malacacheta, fez uma fala sobre os PMSB, disse que
213 acompanhou a elaboração dos estudos e que foram muito bem feitos, e que isso permitiu a busca de
214 verbas, sendo aprovados três projetos de R\$850.000,00 cada um. A Sra. Paloma também falou sobre
215 a importância do PMSB para o município de Cuparaque/MG e demais da bacia. Disse que a
216 elaboração dos PMSBs tirou uma onerosidade do Estado e do Município. Destacou que é de grande
217 valia e está sendo utilizado, virando Leis Municipais inclusive. O Sr. Michael esclareceu que a situação
218 não se trata da qualidade técnica dos planos, mas da forma utilizada para a contratação. Em seguida
219 o mesmo apresentou o processo de desequiparação e as legislações pertinentes. Esclareceu que
220 durante o processo há uma discussão ampla, possibilidade de ampla defesa, enfim, a desequiparação
221 pode se dar de algumas formas: Indicação pelo Comitê de Bacia – DN CERH-MG nº 22/2008;
222 Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – DN CERH-MG nº 22/2008; Desequiparação
223 automática – DN CERH-MG nº 19/2006; e a Desequiparação por rescisão do Contrato de Gestão.
224 Sobre a Desequiparação por rescisão do Contrato de Gestão, reafirmou que a rescisão unilateral por
225 parte do IGAM será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa e

226 contraditório, respondendo os dirigentes da E.E., individual e solidariamente, pelos danos ou
227 prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão. O processo administrativo deverá possibilitar a
228 manifestação do CBH quanto ao seu objeto. Caso no IGAM haja a Conclusão do Processo
229 Administrativo com indicação pela rescisão do Contrato de Gestão haverá a notificação ao respectivo
230 Comitê de Bacia Hidrográfica para iniciar processo de seleção de nova Entidade. Sendo assim coloca-
231 se em pauta o pedido de Desequiparação na CTCG/CERH-MG e conseguinte na Plenária do CERH-MG.
232 No âmbito do CERH-MG, haverá a Reunião CTCG sobre o Parecer de Recomendação e por ultimo a
233 Reunião Plenária do CERHMG sobre a Deliberação quanto a Desequiparação. Já quando a solicitação
234 da desequiparação advém do CBH, de acordo com a DN CERH-MG nº 22/2008: “Art.1º Deliberação
235 em reunião específica, convocada com no mínimo 30 dias de antecedência mediante quórum
236 estabelecido no regimento interno do CBH” e “Art.3º Encaminha deliberação e requerimento de
237 desequiparação para o IGAM e para a Entidade Equiparada”. Assim o IGAM, “Art.3º Apresentar em
238 até 30 dias ao CERH-MG o requerimento de desequiparação acompanhado dos pareceres técnicos e
239 jurídicos”. O CERH-MG realiza Reunião CTCG – Parecer de Recomendação e a Reunião Plenária –
240 Deliberação quanto a Desequiparação (sendo que na pauta entra em caráter de urgência, sendo
241 prioridade de deliberação por parte do Conselho). O representante do IGAM destacou ainda que
242 existem lacunas no processo de desequiparação, no âmbito dos CBHs, pois não existe um
243 procedimento não definido, e, portanto, há necessidade de regulamentação no Conselho Estadual de
244 Recursos Hídricos. Sendo assim, é uma proposição do IGAM o seguinte “processo” no âmbito dos
245 Comitês: a Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica aprova a abertura do processo de
246 desequiparação mediante requerimento fundamentado apresentado por qualquer conselheiro e
247 admitido pela Diretoria do Comitê. Assim, cria-se uma Comissão com membros de todos os
248 segmentos de forma paritária para avaliação do processo no prazo de 45 dias. A comissão de
249 Avaliação do Processo de Desequiparação notifica a Entidade Equiparada e o IGAM a se
250 manifestarem no prazo de 15 dias. A Entidade apresenta suas considerações e defesas no processo. E
251 o IGAM emite relatório de execução do Contrato de Gestão. Assim, após avaliação da Comissão esta
252 emite parecer de recomendação para a plenária do CBH. Desta forma, a Plenária do Comitê de Bacia
253 Hidrográfica delibera quanto ao processo de desequiparação considerando o Parecer emitido pela
254 Comissão de Avaliação do Processo de Desequiparação. Prévia a deliberação, a Entidade poderá se
255 manifestar na Plenária, caso assim desejar. A convocação para votação da Deliberação deverá o
256 observar disposto no art.1º da DN CERH-MG nº 22/2008 – Convocação de no mínimo 30 dias de
257 antecedência e reunião específica. Sendo aprovada a desequiparação: o CBH encaminha a solicitação
258 de desequiparação para o CERH-MG, e sendo reprovada a desequiparação: O processo é arquivado.
259 Obs.: No caso da bacia do Rio Doce, pelo fato de ser um Comitê de Integração, a partir da
260 deliberação de abertura do processo de desequiparação, o CBH deverá cientificar os demais CBH’s. O
261 Sr. Michael finalizou apresentação e se colocou a disposição para dúvidas. A Sra. Amanda levantou a
262 questão sobre a participação no Edital apenas de entidades sem fins lucrativos, pois é contraditório
263 no caso de uma eventual responsabilização da entidade. Já a Sra. Paloma voltou a falar da
264 importância da divulgação das atividades dos CBHs e trabalhos já realizados. O Sr. Michael,
265 representante do IGAM, falou também da necessidade de divulgação do trabalho dos Comitês, e da
266 inexistência de hierarquia no sistema de recursos hídricos. A Sra. Regina Pimenta, retomou a fala
267 sobre as ações do TTAC, as quais necessitam de contrapartidas dos CBHs e municípios, e diante desse
268 cenário da agência de bacia, haverá prejuízos, e, portanto, a expectativa é a breve reestruturação do
269 IBIO principalmente depois de todos os eventos que aconteceram na bacia. O Sr. Humberto Savelli
270 reforçou sobre o protagonismo e a importância de se descobrir o caminho para participar. Destacou

271 que o diferencial o CIF é o trabalho em parceria do IGAM e CBH-Doce. Disse que representa o CBH-
272 Doce no UGE PSA, que é o projeto mais efetivo da Renova, e que está dando mais resultados, pois
273 descobriram que para dar certo era necessário trabalhar em parceria com o Comitê. As dificuldades
274 estão sendo resolvidas, pois os trabalhos estão sendo em parceria. Passados para os assuntos gerais
275 a Sra. Paloma, Presidente do CBH-Suaçuí falou sobre o edital de chamamento para reflorestamento
276 de nascentes da Renova. Foram realizadas visitas ao município de Cuparaque e Goiabeira sendo que
277 esgotaram a cota de 95 nascentes. Informou que vão iniciar reuniões em Itambacuri, Campanário,
278 Jampruca e Galiléia. A Diretoria do CBH ainda acompanha os trabalhos do Fórum Mineiro de
279 Comitês, como as atividades realizadas em Patrocínio/MG. A Sra. Juliana Vilela, representante da
280 Secretaria Executiva do IBIO, deu um retorno aos membros do CBH-Suaçuí sobre o PROURGAS, ação
281 em que os CBHs mineiros apoiaram o Estado com o custeio dos estagiários visando auxiliar nos
282 processos de outorga pendentes. Adiantou que a empresa de agente integrador de estagio foi
283 definida por meio de licitação e que o contrato será assinado na próxima semana, sendo que os
284 estagiários também já foram escolhidos e iniciarão suas atividades na URGA. Com relação a
285 participação dos membros do CBH-Suaçuí no ENCOB, esclareceu que o prazo foi aberto para
286 manifestação de interesse, e os membros se colocaram a disposição. No entanto, não foram
287 aplicados os critérios para seleção, mas a Deliberação Normativa garante a vaga para o Presidente do
288 CBH, e ainda prioriza quem nunca foi ao evento e os membros de maior frequência nas reuniões do
289 CBH. A Deliberação Normativa é do CBH-Doce e estabelece os critérios para todos os CBHs
290 participarem do evento. Finalizados todos os assuntos em pauta, a reunião foi encerrada às 16h00.
291 Assina esta ata:

292

293

Paloma Galdino

294

Presidente CBH-Suaçuí